



Análise

31/03/2012 - Os vetos de China e Rússia no caso da Síria: interesses humanitários ou políticos?.....p.01

As manifestações contra o governo na Síria estão repercutindo mundialmente e estão sendo marcadas por denúncias de violação aos Direitos Humanos. Em uma tentativa de tentar encerrar este conflito interno, o Conselho de Segurança das Nações Unidas apresentou uma proposta de resolução pedindo que Bashar al-Assad renunciasse. Contudo, China e Rússia vetaram a proposta, o que foi criticado por vários países. Porém, além das justificativas apresentadas pelos governos russo e chinês, há vários fatores políticos envolvidos que apontam para as reais causas dos vetos.

Texto Informativo

31/03/2012 - A presença do *ad referendum* na política francesa.....p.06

Elemento presente na história política da França há mais de dois séculos, o referendo tem sido, naquele país, mais que um recurso à consulta popular, é parte de uma cultura histórica de mobilização popular, que vem desde as últimas décadas perdendo sua força. Pouco utilizado para questões importantes nos últimos governos, a proposta de campanha de Sarkozy de reabilitar o referendo pode significar sua morte definitiva, devido à falta de apoio e ao desinteresse populares e a oposições do Parlamento a esta forma de democracia, que ameaça a efetividade da ação legislativa.

Os vetos de China e Rússia no caso da Síria: interesses humanitários ou políticos?

Análise

Ásia

Luciana Leal Resende Paiva

Márcia de Paiva Fernandes

31 de Março de 2012

As manifestações contra o governo na Síria estão repercutindo mundialmente e estão sendo marcadas por denúncias de violação aos Direitos Humanos. Em uma tentativa de tentar encerrar este conflito interno, o Conselho de Segurança das Nações Unidas apresentou uma proposta de resolução pedindo que Bashar al-Assad renunciasse. Contudo, China e Rússia vetaram a proposta, o que foi criticado por vários países. Porém, além das justificativas apresentadas pelos governos russo e chinês, há vários fatores políticos envolvidos que apontam para as reais causas dos vetos.

Desde março de 2011 estão ocorrendo grandes manifestações na Síria organizadas pelos grupos de oposição ao presidente sírio Bashar al-Assad, que governa o país desde 2000. Os manifestantes, inicialmente, desejavam maiores liberdades e reformas políticas, mas foram violentamente reprimidos pelas Forças Armadas da Síria. A oposição, contudo, continuou a fazer manifestações e o governo também continuou a usar a força para reprimê-la, ocasionando um grande conflito interno que todos os dias deixa centenas de mortos.

Diante de tal situação, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) realizou uma reunião para discutir uma proposta de resolução que condenava a violência cometida pelo governo sírio e que pedia que Assad renunciasse. Contudo, Rússia e China exerceram seu poder de veto como membros permanentes do CSNU e impediram que Assad fosse obrigado a entregar o poder.

O conflito na Síria

Desde que teve início, em março de 2011, o conflito na Síria tem repercutido internacionalmente e chamado a atenção mundial para a situação no Oriente Médio, principalmente para o equilíbrio

de poder entre os países da região. Isso porque as manifestações na Síria fazem parte do movimento que ficou conhecido como Primavera Árabe¹ e que já destituiu do poder os presidentes do Egito, Hosni Mubarak, da Líbia, Muammar al Gaddafi, e da Tunísia, Zine Abidine Ben Ali.

Na Síria, inicialmente, a organização da sociedade contra o governo desenvolveu-se com mobilização social. Os manifestantes exigiam a garantia de certos direitos, como a liberdade de expressão, mas Bashar al-Assad não se mostrou disposto a negociar e sempre respondeu violentamente às manifestações. O governo sírio afirmou que os protestos são de responsabilidade de terroristas e bandidos, deslegitimando a autoria das manifestações da população. O número de mortos aumenta a cada dia e, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 8000 pessoas já morreram durante um ano de conflito². Contudo, é difícil calcular exatamente este número, tendo em vista os obstáculos que as agências internacionais encontram para atuar na Síria e, também, pelo fato do governo sírio sempre subestimar este número, enquanto a oposição o superestima.

Alguns países chegaram a tomar medidas

¹ VEJA, 2012.

² OPERA MUNDI, 2012.

para incentivar o fim do conflito entre governo e oposição, como por exemplo, o bloqueio das contas de Bashar al-Assad e de outros integrantes do governo sírio realizado pelos Estados Unidos, bem como a proibição de que empresas estadunidenses realizassem negócios com eles. A União Europeia também impôs sanções à Síria, como o congelamento dos fundos do Banco Central sírio, restrições ao comércio de ouro e de outros metais e proibição da entrada, em qualquer país do bloco, de sete pessoas ligadas à Bashar al-Assad. A Liga Árabe, principal organização da região, também condenou a forma como o governo tem lidado com as manifestações e baniu a Síria da organização até que Assad aceite os acordos de paz propostos³.

Contudo, o presidente sírio não demonstrou nenhum sinal de que iria promover reformas e muito menos de que entregaria o poder. Ao mesmo tempo, os protestos aumentavam e a violência contra a oposição também. Assim sendo, a Liga Árabe apresentou uma proposta de resolução ao CSNU, inicialmente apresentada pelo Marrocos, pedindo ao CSNU que apoiasse a Liga Árabe para que Assad renunciasse e para que a transição ocorresse de forma pacífica⁴. Colocada em votação no dia 4 de fevereiro de 2012, a proposta de resolução não foi aprovada⁵, pois Rússia e China, como membros permanentes do CSNU, exerceram seu poder de veto⁶ e impediram que Assad fosse obrigado a acatar as determinações do Conselho.

³ BBC, 2012.

⁴ BBC, 2012.

⁵ Os países que apoiaram a proposta de resolução no Conselho de Segurança foram os membros permanentes França, Reino Unido e Estados Unidos e os membros rotativos Alemanha, Colômbia, Portugal e Togo. A proposta também tinha o apoio de Arábia Saudita, Líbia, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Kuwait, Omã e Turquia (VEJA, 2012)

⁶ THE INDEPENDENT, 2012.

O veto da China

Segundo a imprensa chinesa, o veto da China ocorreu devido ao fato do governo chinês considerar que, após a invasão ao Iraque e todas as suas consequências, os Estados Unidos não possuem o direito de se pronunciar em nome do povo árabe.

O Ministério das Relações Exteriores da China declarou que há uma discrepância entre os integrantes do CSNU em relação à Síria e que a resolução apenas iria piorar a situação no país, que já é caótica. Em resposta às críticas recebidas em razão do veto, o porta-voz da chancelaria chinesa, Liu Weimin, afirmou que a China “irá sempre salvaguardar os interesses fundamentais e de longo prazo do povo sírio”⁷. O porta-voz ainda afirmou que o veto esteve baseado “nos princípios e na Carta da ONU, na tradicional política externa da China” e enfatizou que o governo chinês continua empenhado no cessar fogo na Síria e que optou por ter um enviado especial no país árabe para discutir uma solução pacífica com Bashar al-Assad.

Assim sendo, o vice-ministro Zhai Jun foi escolhido para encontrar-se com o presidente sírio e declarou que a China está extremamente preocupada com a situação na Síria e que “a posição da China é a de pedir que o governo, a oposição e os rebeldes cessem os atos de violência imediatamente”⁸. Além disso, Zhai Jun teria apoiado a iniciativa síria de realizar um referendo com o intuito de promover reformas constitucionais, bem como eleições parlamentares. A China espera que o referendo ocorra de forma pacífica e, para Jun, a participação da população é essencial neste momento, pois é a oportunidade de elaborar uma constituição multipartidária na Síria, governada pela família de Assad há mais de 40 anos.

Outra justificativa para o veto chinês é seu

⁷ GLOBO, 2012.

⁸ BBC, 2012.

julgamento de que a ação dos países do Ocidente ocorre por mero interesse de influência na região e não por uma verdadeira preocupação com a população síria. Ainda segundo a China, as medidas previstas na proposta de resolução eram muito violentas e, portanto, defendiam um processo de reformas, “uma transição política, liderada pela Síria, para um sistema político democrático e plural”⁹. A China defende que uma resolução deve ser bem trabalhada, com o intuito de resolver as situações de forma pacífica e de comum acordo com os anseios da população síria, e não algo feito rapidamente e com o risco de que mais inocentes sejam mortos.

Além disso, a China se apresenta como um novo parceiro comercial aos países do Oriente Médio, ou seja, a China tem aproveitado o momento oportuno de crise para expandir sua área comercial e de influência. Portanto, sua ação na Síria não é meramente por interesse de resoluções pacíficas, mas também para poder aumentar sua área de influência.

Ainda, apesar de todas as justificativas apresentadas, deve-se considerar que o governo chinês geralmente recusa-se a aceitar qualquer intervenção proposta como sendo de caráter humanitário. Do mesmo modo, deve-se considerar que o governo chinês também repreende as manifestações no Tibet¹⁰.

O veto da Rússia

O governo russo justificou seu veto alegando que a proposta de resolução apresentada não era imparcial, uma vez

que não estabelecia nada para os grupos de oposição e, em contrapartida, condenava o governo de Bashar al-Assad. Ademais, o governo russo afirmou que qualquer tipo de mudança no regime sírio não deveria ser imposto por outros países, mas que deveria ser fruto de um processo de decisões tomadas no âmbito interno¹¹.

O embaixador russo na ONU acusou o Ocidente de tentar interferir na mudança do regime sírio através da proposta de resolução, entregando o poder aos grupos de oposição. Já o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, afirmou que qualquer decisão que envolva o conflito na Síria deve considerar também os grupos armados, de modo que uma resolução deste tipo não favoreça nenhum dos lados envolvidos¹².

O governo russo ainda mencionou o caso da Líbia, onde uma resolução do CSNU culminou com o fim do governo de Gaddafi e disse que não permitirá que isto ocorra novamente. A Rússia também afirmou que não usará causas humanitárias para justificar uma intervenção militar que busca mudar o regime político na Síria e que é anunciada como uma intervenção para instaurar a democracia. O governo russo afirmou que não apoiará nenhuma proposta, a menos que a violência na Síria tenha sido encerrada, inclusive por parte dos grupos de oposição. Estes, por sua vez, foram descritos por Lavrov como grupos armados e que não estão sob controle e, ao mesmo tempo, não estão subordinados a ninguém¹³.

Ainda segundo Lavrov, a Rússia estudaria a proposta a fim de possuir mais clareza acerca de suas determinações, mas que para que qualquer medida seja tomada, tanto o governo quanto a oposição devem cessar com as hostilidades, e não só o governo¹⁴.

¹⁰ A situação do Tibet envolve um confronto entre os governantes tibetanos e chineses, pois a China reivindica seu direito de intervir pelo bem da população. Por sua vez, os líderes tibetanos consideram que a China pode modificar seus costumes religiosos devido a sua política inflexível.

¹¹ AL JAZEERA, 2012.

¹² AL JAZEERA, 2012.

¹³ THE INDEPENDENT, 2012.

¹⁴ THE INDEPENDENT, 2012.

Antes de a votação ocorrer, a Rússia disse que seria um escândalo se a proposta de resolução fosse aprovada e sugeriu algumas mudanças, tais como eliminar as determinações que acusavam o regime sírio de cometer abusos contra os direitos humanos e outras que determinavam a retirada de armamentos pesados de suas cidades¹⁵.

Contudo, assim como no caso da China, outros fatores podem ser apontados como motivos para o veto da Rússia. A Primavera Árabe é considerada pela Rússia como uma mudança perigosa no equilíbrio de poder regional e esta teme que uma resolução aprovada para a Síria tenha o mesmo efeito da resolução aprovada para a Líbia, onde a área de exclusão aérea se transformou em apoio militar aos rebeldes¹⁶.

Ademais, Rússia e Síria possuem relações estreitas desde a Guerra Fria e o governo sírio é um dos maiores compradores de armas da Rússia¹⁷, sendo que o governo russo não proibiu a venda de armas para a Síria mesmo com a repressão violenta aos protestos. Além disso, a Síria concedeu o uso da base naval de Tartus, estrategicamente localizada, para a Rússia, o que é fundamental para os interesses russos na região¹⁸. Nas palavras de Maxim Rokhmistrov, membro do Partido Liberal-Democrata, “a Rússia deve preservar a sua presença e influência no Oriente Médio”¹⁹.

Considerações Finais

Com a possível saída de Bashar al-Assad do poder na Síria importantes mudanças ocorrerão no equilíbrio regional. Tanto nações ocidentais quanto orientais preocupam-se com esse equilíbrio e com a

influência que podem exercer através dessa relação com o país árabe. Embora os governos russo e chinês tenham apresentado algumas justificativas para seus vetos, estes podem ser interpretados como uma tentativa de manter o atual equilíbrio no Oriente Médio.

Caso aconteça uma mudança no regime sírio, a Rússia corre o risco de perder um de seus maiores parceiros comerciais na venda de armas e uma importante base naval que lhe dá acesso ao Mar Mediterrâneo. Ademais, a mudança no equilíbrio regional também constitui uma fonte de preocupação para o governo russo, dada a possibilidade de tornar a relação entre os países da região ainda mais instável e desfavorável para os interesses estratégicos da Rússia.

A China, por sua vez, também preocupa-se com o equilíbrio na região, sendo que todas as suas ações estão voltadas para uma possível influência na transição para um novo regime, caso Assad realmente saia do poder. Supondo que o regime sírio permaneça o mesmo, a China também exercerá influência por ter se mostrado contrária à intervenção externa na Síria.

Deste modo, é evidente que os interesses da Rússia e da China ultrapassam a preocupação com a população civil e estão voltados para a influência política e estratégica na região. Esta postura não diverge dos países ocidentais, que embora tenham criticado os vetos, também estão preocupados com a manutenção de sua influência no Oriente Médio.

Referência

AL JAZEERA

<<http://www.aljazeera.com/programmes/insidesyria/2012/02/201225821309109.html>>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120205_siria_repercute_is.s>

¹⁵ THE INDEPENDENT, 2012.

¹⁶ THE INDEPENDENT, 2012.

¹⁷ Em 2010, a Síria foi responsável por 7% dos U\$10 bilhões recebidos pela Rússia com a venda de armas (AL JAZEERA, 2012).

¹⁸ THE INDEPENDENT, 2012.

¹⁹ THE INDEPENDENT, 2012.

[html>](#)

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120218_china_siria_bg.shtm
>

<<http://www.bbc.co.uk/portuguese/search/?q=Siria&type=text&page=2&sort=date>
>

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120217_siria_homs_rs.shtml
>

GLOBO

<<http://g1.globo.com/revoltaarabe/noticia/2012/02/china-reage-criticas-britanicas-por-veto-texto-sobre-siria-na-onu.html>>

OPERA MUNDI

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/20194/total+de+mortos+na+siria+esta+bem+acima+de+75+mil+diz+onu%26%238206+.shtml>>

THE INDEPENDENT

<<http://www.independent.co.uk/news/world/politics/chinese-envoy-to-urgesyria-ceasefire-7536783.html?origin=internalSearch>>

<<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/china-raises-pressure-on-syria-but-red-cross-still-denied-access-7536444.html>>

<<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/russia-voices-support-for-syria-6699946.html?origin=internalSearch>>

<<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/assads-forces-free-to-bomb-dissenters-as-russia-and-china-veto-un-resolution-6436540.html>>

VEJA

<<http://veja.abril.com.br/noticia/interna>

[cional/russia-e-china-vetam-resolucao-sobre-siria-no-conselho-de-seguranca--2>](#)

Palavras-Chave: China, CSNU, Rússia, Síria, veto.

A presença do *ad referendum* na política francesa

Texto Informativo
Europa
Ricardo Bezerra Requião
31 de Março de 2012

Elemento presente na história política da França há mais de dois séculos, o referendo tem sido, naquele país, mais que um recurso à consulta popular, é parte de uma cultura histórica de mobilização popular, que vem desde as últimas décadas perdendo sua força. Pouco utilizado para questões importantes nos últimos governos, a proposta de campanha de Sarkozy de reabilitar o referendo pode significar sua morte definitiva, devido à falta de apoio e ao desinteresse populares e a oposições do Parlamento a esta forma de democracia, que ameaça a efetividade da ação legislativa.

O recurso ao referendo é tradicional na política da França desde a Revolução Francesa, em 1789. Sendo utilizado em momentos marcantes da história do país, como na adoção da Constituição fundadora da Quinta República Francesa – cuja principal mudança foi a passagem do regime parlamentarista para o semi-presidencialista –, em 1958, proposta pelo Gal. Charles de Gaulle, e, mais contemporaneamente, na negação à instauração de uma Constituição para a União Europeia. Assim, o presente texto busca pontuar aspectos importantes da presença da democracia *ad referendum* na França com suas implicações para o país e, também, analisar uma das promessas de campanha do atual presidente Nicolas Sarkozy, para as eleições de abril de 2012, no que concerne a uma recuperação do papel dos referendos num hipotético segundo mandato.

A democracia *ad referendum*

A democracia *ad referendum* (do latim, por

aprovar) é um modelo democrático semi-direto, em que os eleitores de um determinado Estado votam sobre assuntos de interesse nacional, tendo sua decisão caráter vinculante; isto é, uma vez a decisão tomada pela maioria, ela se torna obrigatória para todos os órgãos e esferas do governo.

Esta seria, de acordo com Robert Dahl (1992), uma forma intermediária entre a democracia direta (em que os cidadãos participam diretamente das decisões, normalmente em pequenos grupos sociais) e a democracia representativa (em que os eleitores escolhem “oradores” para tomar as decisões em seus nomes, em âmbito legislativo). Assim, se equilibra um pequeno número de representantes com a possibilidade de que estes apresentem aos demais membros da sociedade uma proposta, que é aberta para discussão pública, e votada por todos os eleitores, e não apenas pelos representantes.

Segundo Dahl (1992), este modelo de democracia não existe como forma exclusiva de tomar decisões públicas, mas é frequentemente usado – com diferenças procedimentais em cada Estado – em países como a Suíça, cuja constituição política e social favorece este modelo de democracia. O autor afirma que os

referendos são representativos e parte integrante do processo democrático, na forma de eleições.

O autor apresenta, ainda, os problemas deste modelo: questões altamente técnicas podem ser inapropriadas para o referendo, devido ao pouco conhecimento específico da população; e, existe a possibilidade de que haja manipulação da população pelas elites dominantes.

O *ad referendum* na história política francesa

Na França, o referendo é um dos produtos da Revolução Francesa, já aparecendo no primeiro projeto de Constituição – não tornado realidade –, como forma de censura possível a atos parlamentares.

Em 1793, com a adoção da primeira Constituição Francesa, baseada nos escritos de Rousseau, o referendo foi reforçado tendo o papel de algo próximo a um “veto popular”.

Durante o Primeiro e o Segundo Impérios, o referendo foi largamente utilizado pelos governantes para conseguir, devido ao amplo apoio popular de que usufruíam, aprovar decisões – basicamente mudanças de estruturas do regime político – sem a passagem pelo Legislativo, em grande medida opositor às propostas dos governantes.

Desta maneira, este tipo de meio democrático sofreu uma perda de credibilidade, entrando praticamente em desuso do início da Terceira República (1870) até 1945, quando foi reintroduzido na vida política francesa pelo Gal. Charles de Gaulle – então Primeiro-Ministro interino – que havia liderado a resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, para aprovação da Constituição que daria origem à Quarta República Francesa.

Em 1958, quando de Gaulle se tornou presidente da França, houve um referendo

para o estabelecimento da Constituição da Quinta (e corrente) República Francesa. A Carta Magna, aprovada, em seu Artigo 3º, afirma: “A soberania nacional pertence ao povo que a exerce por seus representantes e por meio do referendo”, estabelecendo (Artigo 11º), que o Presidente da República

pode submeter a referendo todo projeto de lei que trate da organização do poder público; sobre reformas relativas à política econômica ou social da Nação e aos serviços públicos relacionados; ou, para propor a autorização da ratificação de um tratado que, sem ser contrário à Constituição, possa gerar incidentes sobre o funcionamento das instituições (Assemblée Nationale Française, 1958).

Enquanto esteve no poder, de Gaulle tornou o referendo umas de suas “armas principais”, segundo *Le Figaro*¹, propondo cinco consultas populares de âmbito nacional em onze anos: em 1958, anteriormente referida; em 1961, sobre a autodeterminação da Argélia, adotada; em 1962, sobre acordos de Évian (de cessar-fogo entre a França e a Argélia), e sobre o sufrágio universal para eleição presidencial, ambas aprovadas; e, em 1969, sobre reformas no Senado e reformas no tratamentos das regiões do país, rejeitada.

O uso, por de Gaulle, do referendo desagradava o Senado que julgava sua atitude inconstitucional e concentradora de poder, estabelecendo forte oposição a novas consultas populares. Esse enfraquecimento da confiança, junto a outros problemas políticos, culminaram na renúncia do Presidente, ainda em 1969, saindo do poder e levando junto consigo grande parte da cultura de referendo na França, chegando ao ponto de Valéry

¹<http://www.lefigaro.fr/politique/2012/02/09/01002-20120209ARTFIG00644-le-referendum-une-arme-dangereuse.php>

Giscard d'Estaing, Presidente entre 1974 e 1981, não convocar nenhum referendo em todo o seu mandato, fato único e isolado na história francesa até os dias atuais.

Desde o fim do Governo de Gaulle, apenas 11 referendos – sendo cinco nacionais – ocorreram, dos quais foram marcantes: a redução do mandato presidencial de sete para cinco anos, em 2000, no Governo Chirac (1995-2007); a rejeição à unificação dos dois Conselhos Gerais dos departamentos que formam a Córsega², em 2003; e, a rejeição à ratificação de uma Constituição da União Europeia, em 2005.

No atual governo (desde 2007), ocorreram três referendos, todos locais: para a departamentalização de Mayotte³, em 2009, adotado; para a transformação da Guiana e da Martinica em Coletividade de Ultramar, em 2010, rejeitado; e, para a execução, por parte de Guiana e de Martinica de funções departamentais, também em 2010, adotado.

Nota-se, portanto, a pouca representatividade destas últimas consultas para a população francesa como um todo, o que pode ser comprovado nos altos índices de abstenções nos pleitos (por volta de 41% no que decidiu sobre a nova condição de Mayotte).

Destarte, o recurso ao referendo perdeu muito de sua convicção democrática, como quando iniciado no Governo de Gaulle, e demonstrado no importante papel na descolonização e construção europeia – adoção do alargamento da

Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1972, no Governo Pompidou, e do Tratado de Maastricht, em 1992, no Governo Mitterrand.

Jean Chiche, pesquisador do Cevipof (Centro de Pesquisas Políticas da Universidade SciencesPo., de Paris) afirma, em entrevista a *Le Figaro*⁴, que os governos pós-de Gaulle não utilizaram com tal intensidade o referendo porque este seria uma “arma perigosa”, que exige muito cuidado ao ser utilizado: se a opção do governo não é validada pelo voto popular, a decisão tomada se volta contra seu iniciador.

Assim, fora do contexto propício a esta forma democrática, o governo tem medo tanto da abstenção quanto de um possível oposição à proposta. O pesquisador exemplifica tal afirmação com a “catástrofe” que teria sido o último referendo nacional, sobre uma Constituição para a União Europeia.

Segundo ele, o sucesso da utilização do referendo por de Gaulle – numa forma bonapartista, objetivando legitimar seu poder e projetar sua autoridade – teria advindo de sua personalidade política, baseada na credibilidade enquanto “Pai da Nação”, responsável pela transição para a democracia e pelo retorno à autonomia francesa. Fora desta conjuntura específica, quanto mais complexo for o tema abordado no referendo, mais o povo irá votar a favor ou contra o governo e não quanto à questão proposta.

Assim, por colocar em jogo a responsabilidade política, o referendo não teria sido, nas últimas décadas, um meio desejável de conduzir a política. Seria preciso, portanto, uma forte figura política para o sucesso de um referendo de grande abrangência; mas, de acordo com Chiche, não havendo um novo “Pai da Nação” o recurso ao referendo se torna, em parte,

²A Córsega é uma das regiões administrativas da França fora do seu território continental, dividida nos Departamentos da Alta Córsega e da Córsega do Sul.

³Mayotte é uma ilha entre o Oceano Índico e o Canal da Moçambique, integrante do Arquipélago de Comores, anexada à França em 1841. Sarkozy havia assumido o compromisso de conduzir um referendo sobre a situação da região, que passou a ser o 101º departamento francês e o 5º Departamento de Ultramar, ao lado de Martinica, Reunião, Guiana Francesa e Gaudalupe.

⁴<http://www.lefigaro.fr/politique/2012/02/09/01002-20120209ARTFIG00644-le-referendum-une-arme-dangereuse.php>

débil.

O pesquisador demonstra, ainda, a mudança de foco das consultas populares nacionais mais recentes: mudou-se de decisões concernentes à própria política doméstica – onde as opções demonstravam claramente as clivagens entre os partidos de direita e de esquerda – para a tomada de resoluções de cunho anti ou pró-Europa.

Em conclusão, Jean Chiche afirma que será preciso uma Sexta República Francesa para que o referendo volte a ter a importância que já possuiu dentro da vida política francesa, devido ao caráter anti-parlamentar – de “atropelo” ao Poder Legislativo – que lhe foi atribuído, possibilitando, inclusive, referendos de iniciativa popular, possibilidade presente na Constituição Suíça.

A promessa de campanha de Nicolas Sarkozy

Na primeira entrevista em que assumiu a recandidatura ao cargo de Presidente, Nicolas Sarkozy afirmou que um dos seus planos é reabilitar o referendo enquanto meio decisório, baseado na opinião direta do povo francês.

Esta seria, conforme o Presidente, uma maneira de estabelecer mudanças profundas na organização política do país, uma “revolução”: “Eu acredito que a melhor forma de superar os obstáculos da nossa sociedade é se dirigir diretamente ao povo francês”⁵.

Algumas das razões da tentativa de restabelecer a cultura do referendo vem do estabelecimento de uma campanha direcionada ao povo, na tentativa de superar o caráter elitista que, segundo alguns críticos, caracteriza seu presente mandato.

⁵<http://www.lefigaro.fr/politique/2012/02/09/01002-20120209ARTFIG00566-nicolas-sarkozy-veut-consulter-les-francais-par-referendum.php>

Sarkozy estaria voltando o foco de seus discursos de candidatura ao elemento referendo – essencialmente, em suas propostas ligadas a temas sociais – para afastar questões de natureza econômica dos debates, que são o foco da campanha do seu principal concorrente, o socialista François Hollande. Ainda na esfera econômica, os referendos seriam uma maneira de aprovar medidas de equilíbrio das contas públicas, que exigem mudanças constitucionais, sem a necessidade de possuir uma maioria de três quintos da Assembleia Nacional, num contexto em que possivelmente não usufruirá de maioria no Parlamento.

Desta maneira, esta manobra política, tipicamente *gaullista*, seria uma forma de possuir um maior espectro decisório, ao se apoiar na opinião popular, reduzindo o papel legislativo.

Quando perguntado que tipo de campanha irá promover, ele respondeu que esta seria baseada em três valores importantes para a sociedade francesa, que necessitam ser recuperados: trabalho, responsabilidade e autoridade, à medida em que se propõe a “fazer as perguntas certas, em oferecer ideias fortes e em dizer à França ‘escolha agora!’”, de forma que a ideia central do seu programa é “dar o poder de volta ao povo francês via referendo”⁶.

Controvérsias surgem, contudo, quanto aos temas que seriam abordados nas consultas populares. Sarkozy anunciou que planeja um referendo sobre a formação e os benefícios dados aos desempregados e um sobre o direito dos estrangeiros e a expulsão dos *sans papiers* (imigrantes indocumentados, ilegais), assuntos nos quais o atual Presidente já havia baseado sua campanha de 2007. Sarkozy pretende, portanto, insistir na importância das discussões sobre valores, enfatizando o lugar dos imigrantes, dos desempregados e dos muçulmanos na

⁶<http://in.reuters.com/article/2012/02/15/france-sarkozy-idINDEE81E0H220120215>

sociedade francesa, desviando-as do plano técnico e econômico.

A primeira proposta, quanto aos desempregados, seria de que estes devem ser obrigados a frequentar cursos profissionalizantes para receberem benefícios sociais e que, uma vez concluídos os cursos, devem ser obrigados a aceitar o primeiro emprego que lhes for oferecido, sob punição de perderem direito ao seguro-desemprego no futuro.

No que concerne aos imigrantes, Sarkozy afirmou que “não é favorável à regularização dos estrangeiros em situação irregular”⁷, acrescentando que a expulsão deles criaria, imediatamente, novos postos de emprego para os franceses. Desta maneira, a consulta popular abrangeria o endurecimento das condições para que estrangeiros possam viver e trabalhar na França e, também, uma reforma sobre as concessões de asilo.

As propostas do Presidente reforçariam, desta maneira, a ideia de “trabalho enquanto valor em si mesmo, necessário para os indivíduos e para a coesão social”⁸, substituindo uma cultura política em que os cidadãos são “mimados” pelo Estado. Ainda segundo Sarkozy, estas propostas teriam apoio popular porque os franceses veriam que elas valem a pena, assim como se deu com a reforma das aposentadorias.

Assim, segundo o atual Presidente, é necessário mostrar que a democracia vive, a partir da oportunidade de se direcionar aos franceses, dando dinamismo à política do país, num novo contexto que superou as ideias “direita *versus* esquerda”, marcantes nas últimas décadas do século XX.

Tais propostas são criticadas devido à possibilidade de dividir a sociedade

⁷<http://www.lefigaro.fr/politique/2012/02/09/01002-20120209ARTFIG00566-nicolas-sarkozy-veut-consulter-les-francais-par-referendum.php>

⁸<https://100r.org/reuters/sarkozy-targets-jobless-benefits-in-campaign/>

francesa, como ocorreu nos referendos de 2003 e 2005. Pascal Jan, professor de Direito Público no Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux, consultado pelo *Le Monde*⁹, propõe que se imagine as fortes oposições que podem resultar na sociedade francesa se o resultado destes referendos forem obtidos com maioria mínima (51% dos votantes), resolução que embora tomada por maioria terá uma enorme minoria opositora. Mais uma vez, é útil o exemplo do referendo de 2005, em que o “não” ao Tratado Constitucional Europeu foi dado por “apenas” 55% dos eleitores.

Ainda que o recurso aos referendos propostos sejam permitidos na lei francesa, “utilizá-los será recorrer à força para estabelecer o diálogo social”, afirma Jan, de forma que será custoso à imagem política do Presidente “passar por cima” de corpos intermediários, como sindicatos.

Segundo Bertrand Mathieu, outro professor do Instituto, a maneira pela qual Sarkozy deseja recorrer aos referendos é uma deformação política, uma vez que não se perguntará ao povo francês sua opinião sobre os temas, mas sim, sua aprovação ou reprovação de projetos de lei.

O que resultaria efetivamente destes referendo é um enfraquecimento das decisões legislativas, já que o desígnio presidencial poderia modificar uma Constituição já revisada diversas vezes desde sua aprovação, emblematicamente por um referendo, em 1958.

Considerações finais

De todo o apresentado, é possível inferir que o referendo é parte essencial da vida política francesa há mais de dois séculos e

⁹http://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2012/article/2012/02/10/le-referendum-n-est-pas-un-mode-de-gouvernement-selon-des-juristes_1641433_1471069.html

que uma tentativa de restabelecer seu papel preponderante na conjuntura doméstica atual pode ser a representação de, nos termos do *Le Monde*, uma “angústia referendária”¹⁰, em que um governo com crise de apoio popular tenta superar os constrangimentos que podem se impor à sua governabilidade por um Legislativo em que também não usufrui de larga maioria.

Assim, apoiado na retórica de um “(re)empoderamento” popular, o Preseidente pode cair na armadilha de acreditar que a democracia *ad referendum* pode, sim, se tornar um modo corrente de governar. Esta forma de democracia agrega custos dos mais diversos: de credibilidade; de apoio popular; de perda de alianças políticas; de união nacional; e, inclusive, materiais, devido à necessidade de uma organização onerosa – aqui incluídos os meios de propaganda das duas opções possíveis, de apresentação das consequências de ambas e de conscientização da população e os custos diretamente relacionados com qualquer organização eleitoral, isto é, funcionários, logística, auditoria etc. – num país de grandes proporções como a França.

A banalização do referendo muito provavelmente irá apenas enfraquecer a legitimidade e a aceitação popular de um governante, ao qual, segundo Bertrand Mathieu, as últimas consultas populares se voltaram. Segundo ele, os franceses tem votado nos referendos não para responder à questão proposta mas em acordo ou desacordo com o representante no poder.

A oposição às propostas vem também do principal partido opositor à Sarkozy, o Partido Socialista Francês, cujo candidato às eleições afirmou que o único referendo que ele reconhece é o do próximo dia 22 de abril (data das eleições para Presidente), em que “o povo francês vai dizer diretamente a Sarkozy o que

¹⁰<http://fressoz.blog.lemonde.fr/2012/02/15/lang-oisie-referendaire/#xtor=AL-32280270>

pensa”¹¹.

Destarte, é perceptível que, na cultura política francesa, tem se enfraquecido, a cada ciclo eleitoral, o ativismo popular, de forma que, apenas questões de grande representatividade, como a do Tratado Constitucional Europeu, conseguirão, atualmente, atrair a atenção da população, o que reforça o famoso discurso do Gal. Charles de Gaulle sobre a dificuldade de reunir “um país com 265 tipos diferentes de queijo”¹².

Referência

ASSEMBLÉE NATIONALE
FRANÇAISE. *Constitution de la
Republique Française de 1958.*

Buenos Aires Herald

<http://www.buenosairesherald.com/article/92851/sarkozy-launches-presidential-election-campaign>

CyberPresse

<http://www.cyberpresse.ca/international/dossiers/elysee-2012/201202/15/01-4496184-sarkozy-brigue-un-second-mandat.php>

DAHL, Robert. *La democracia y sus críticos.* Barcelona: Paidós, 1992.

DireitoNet

<http://www.direitonet.com.br/dicionario/busca?palavras=Vinculante>

¹¹<http://www.buenosairesherald.com/article/92851/sarkozy-launches-presidential-election-campaign>

¹²<http://www.guardian.co.uk/world/2012/feb/15/nicolas-sarkozy-launches-bid-re-election>

France Politique

<http://www.france-politique.fr>

JusBrasil

<http://www.jusbrasil.com.br/tópicos/309248/caráter-vinculante>

Le Figaro

<http://www.lefigaro.fr/politique/2012/02/09/01002-20120209ARTFIG00644-le-referendum-une-arme-dangereuse.php>

<http://www.lefigaro.fr/politique/2012/02/09/01002-20120209ARTFIG00566-nicolas-sarkozy-veut-consulter-les-francais-par-referendum.php>

Le Monde

<http://social.blog.lemonde.fr/2012/02/09/un-referendum-sur-les-chomeurs-lidee-choc-de-nicolas-sarkozy/>

<http://fressoz.blog.lemonde.fr/2012/02/15/langoisse-referendaire/#xtor=AL-32280270>

http://www.lemonde.fr/election-presidentielle-2012/article/2012/02/10/le-referendum-n-est-pas-un-mode-de-gouvernement-selon-des-juristes_1641433_1471069.html

Reuters

<https://100r.org/reuters/sarkozy-targets-jobless-benefits-in-campaign/>

<http://in.reuters.com/article/2012/02/15/france-sarkozy-idINDEE81E0H220120215>

RFI

<http://www.portugues.rfi.fr/franca/20120209-sarkozy-aquece-campanha-e-anuncia-referendo>

ROUVILLOIS, Frédéric. L'avenir du référendum. Paris: F.-X. Guibert, 2006.

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/world/2012/feb/15/nicolas-sarkozy-launches-bid-re-election>

Palavras chave: Europa, França, História Política Francesa, Ad Referendum, Constituição Francesa, Eleições Francesas em 2012.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:
Prof. Danny Zahreddine
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmari
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Daniel Teixeira da Costa Souza; Déborah Silva do Monte; Gustavo dos Santos de Miranda; Márcia de Paiva Fernandes; Mariana Balau Silveira; Paulo Henrique Ayusso; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raysa Kie Takahasi; Ricardo Bezerra Requião.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website:

<http://www.pucminas.br/conjuntura>

